

O BRASIL E A NOVA ORDEM MUNDIAL

ROBERTO GAMA E SILVA
Contra-Almirante (Ref^o)

SUMÁRIO

Introdução

Os seres vivos e o Estado

Os predadores máximos

A nova ordem

A nova ordem e o Brasil

Brasil um estado perturbador

A posição geográfica do Brasil

Os recursos naturais do Brasil

As posturas colonial e introspectiva

As dificuldades de ser independente

INTRODUÇÃO

Exatamente no dia 25 de dezembro de 1991, Dia do Natal, a bandeira vermelha, com a foice e o martelo, foi arriada do mastro principal do Kremlim, em Moscou, sendo, no seu lugar, hasteada a tradicional bandeira tricolor da Rússia (branca, azul e vermelha, nessa ordem, em faixas horizontais).

Falecia, assim, a União Soviética, após 70 anos de existência, vitimada por uma conjunção de enfermidades letais, tais como a opressão demasiada, a repressão extrema de sentimentos nacionalistas e religiosos, o emperramento burocrático e a obsolescência das estruturas econômicas.

Pouco tempo decorrido, ainda no início de 1992, o Presidente George Herbert Walker Bush, dos Estados Unidos da Amé-

rica, sentindo-se liberado do principal oponente do seu país, declarou peremptoriamente que, dali por diante, vigoraria uma **Nova Ordem Mundial**.

Como a maior potência da época era, e continua sendo, o país denominado Estados Unidos da América, justo seria batizar essa nova ordem como **Pax Americana**, sucessora, no mundo ocidental, da **Pax Romana** e da **Pax Britânica**.

Todavia, como os últimos chefes de Estado norte-americanos têm preferido dividir certas responsabilidades com os países prósperos do Hemisfério Norte, todos bem alinhados com o mais poderoso, a nova ordem poderá ser definida, com mais propriedade, como a **Pax Borealis**.

OS SERES VIVOS E O ESTADO

Mas que Pax Borealis é essa?

Antes de responder à pergunta-chave, faz-se mister uma rápida incursão nas áreas das Ciências Biológicas e da Geopolítica, para

relembrar como se dividem, comportam e sobrevivem os seres vivos e as associações humanas denominadas Estados.

As diversas manifestações de vida são provocadas e acompanhadas por transformações energéticas, uma vez que a energia não pode ser criada ou destruída, como ensina a Primeira Lei da Termodinâmica.

A energia que entra no sistema fechado do planeta Terra é a luz solar. O balançamento do sistema é mantido pela radiação calorífica emitida pela Terra.

A essência da vida é a progressão de mudanças tais como o crescimento, a multiplicação e a síntese das relações complexas da matéria. Sem as transferências de

energia, que acompanham as mudanças, a vida não proliferaria.

Assim sendo, a produtividade primária de um sistema ecológico, ou de uma comunidade, ou de qualquer uma de suas divisões, é definida como a velocidade com que é armazenada a energia radiante, pela atividade fotossintética e quimiossintética dos organismos "produtores", substâncias orgânicas que poderão ser usadas como alimentos primários.

Eis aí definido o primeiro nível da cadeia trófica dos seres vivos, que é ocupado pelos vegetais, classificados como "produtores".

Os "consumidores", os animais, situam-se nos andares superiores, uma vez

que se dividem em diversos níveis de predação, sendo que o mais elevado é ocupado, presentemente, pelo *homo sapiens*, o predador por excelência da criação.

Entretanto, é oportuno lembrar que, mesmo no meio daqueles que se situam no mais elevado

nível da cadeia trófica, mantém-se inalterada a disputa acirrada pela sobrevivência.

A consciência desse fato levou o renomado romancista Morris West a declarar, num trecho do *Arlequim*, uma das suas obras mais famosas: "Deixei de acreditar em Deus, porque vejo uma criação fundada na luta destrutiva pela existência".

Ora, o pai da Geopolítica, o alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), tocado pela biologia evolucionária, houve por bem enunciar a Teoria Orgânica do Estado, passando a considerar o Estado, nas suas observações, como um organismo vivo, com nascimento, infância, adolescência, maturidade e, até mesmo, falecimento.

Dois terços da espécie humana seriam anestesiados com o apelo ambiental, de modo que se conformassem a viver como "nativos felizes"

Evidente que não se pode refugar a idéia de Ratzel, por serem os Estados criados e manobrados por seres vivos, os homens.

Como corolário da "teoria orgânica", pode-se afirmar que não há qualquer vestígio de amizade entre os Estados, predominando na Terra o "canibalismo interestatal", eis que deve ser levada em conta a existência de uma cadeia trófica entre tais entidades, em que os mais ativos predadores serão aqueles que se desenvolveram com maior rapidez, consumindo para tanto grande parcela dos seus próprios recursos naturais.

Faltando-lhes alguns ou vários desses recursos para sustentação do progresso, tentarão, de todas as maneiras, subtrai-los dos Estados mais atrasados, deixando estes últimos incapacitados de progredir.

OS PREDADORES MÁXIMOS

No mundo moderno é muito fácil identificar os predadores máximos, pois são eles extremamente dependentes dos produtos da natureza, de vez que já expandiram os seus ecúmenos até os limites extremos dos seus territórios, explorando intensivamente os seus próprios recursos.

Tomando-se como exemplo as substâncias da natureza mineral, por serem elas exauríveis, é interessante mostrar o que pensa a respeito da exploração desenfreada desses bens o ilustre Professor Oliver Owen, autor norte-americano do livro *Natural Resources Conservation*, editado em 1985 pela MacMillan Publishing Company, de Nova York.

Começa ele por comentar que o seu país de origem, apesar de contar com apenas 5% da população mundial, consome anualmente 20% da produção mineral do mundo.

A seguir, demonstra que, até o início da década de 50, o mesmo país consumiu, em 30 anos de progresso acelerado, maior quantidade de minerais do que toda a humanidade, nos quase 2 mil anos, desde o nascimento de Cristo.

À luz desses dados, apresentou o Professor Owen os seguintes questionamentos:

- Terá sido um procedimento ético, da parte dos norte-americanos, consumir muito mais do que a sua quota normal os limitados recursos minerais do planeta?

• Não estariam os Estados Unidos da América, como Estado, inviabilizando, para sempre, o progresso de países atrasados, impedindo-os de atingir, no futuro, um padrão de vida comparável com o que eles próprios oferecem aos seus habitantes?

Em paralelo às suas ponderações, estimou o renomado autor que, para elevar o nível de vida de todos os Estados, até que se situem no padrão atual dos norte-americanos, seria necessário extrair da crosta terrestre quantidades enormes de minérios que, talvez, já se tenham esgotado no espaço de tempo necessário para que muitos países atrasados progridam o suficiente. Dentro da mesma estimativa, o professor Owen concluiu que, mesmo colocando todas as minas e usinas metalúrgicas a trabalhar a plena carga, para compensar a desvantagem dos países subdesenvolvidos,

O direito de acesso aos recursos naturais do Brasil, objetivo principal da ALCA, não significará a perda total do controle do setor econômico nacional e, por conseqüência, da soberania brasileira sobre o território sob sua jurisdição?

ainda assim, as metas finais de produção só seriam alcançadas em um século de trabalho ininterrupto, caso houvesse ainda matéria-prima disponível!

Outro dado esclarecedor: o estoque de petróleo armazenado no subsolo dos Estados Unidos da América só é suficiente para suportar o consumo normal do país por cinco anos!

Com as explicações acima, já será possível vislumbrar como deverá funcionar essa Nova Ordem.

A NOVA ORDEM

Para tanto, basta inferir que a aspiração máxima dos países já industrializados é a de sustentar e, se possível, ampliar os seus atuais níveis de produção, incorporando inclusive novas tecnologias ao processo, de modo a elevar, cada vez mais, os refinados padrões de vida que já conquistaram para os seus habitantes. Como

corolário, sua primeira preocupação será a de assegurar o suprimento contínuo de matérias-primas de toda sorte, a preços módicos, para alimentar seus sofisticados, todavia gulosos, parques industriais.

A necessidade paralela de perseguir, internamente, a condição de pleno emprego, único remédio eficaz para a eliminação dos bolsões de tensão social que ainda perduram no mundo próspero, suscitará, sem sombra de dúvida, o soerguimento das barreiras restritivas à importação de produtos acabados em outras paragens e, sobretudo, a adoção de medidas destinadas a inibir a instalação ou expansão de indústrias nos países mais atrasados.

**Para assumir o papel de
perturbador da Pax
Borealis, bastaria fechar-se
tais portas, na medida
conveniente, com a adoção
de uma política
introspectiva e
protecionista**

Como resultante dessas tendências, os agentes da Nova Ordem atuarão no sentido de manter o mundo dividido em duas categorias de Estados: os transformadores e os extratores, que se equiparariam respectivamente à divisão entre consumidores e produtores constante da Biologia.

Transformadores serão os atuais países industrializados, que tentarão reservar para si o monopólio da ciência e da tecnologia, bem como o privilégio do beneficiamento de todos os bens da natureza, com o intuito óbvio de perenizar o seu progresso.

Os extratores, nova alcunha para os Estados subdesenvolvidos, ficariam responsáveis pela execução de uma única tarefa, qual seja a de fornecer os bens naturais necessários à operação dos estabelecimentos industriais dos transformadores.

A situação de dependência de importações de minérios

dos Estados Unidos da América, dos países da Comunidade Econômica Europeia e do Japão demonstra claramente a razão dessa preocupação dominante.

Nesse contexto, as aspirações dos povos residentes nos países extratores, dois terços da espécie humana por sinal, seriam anestesiadas com o apelo ambiental, de modo que se conformassem a viver como "nativos felizes".

Manter-se-ia, indefinidamente, essa repartição de trabalho na "espaçonave Terra", confortável para alguns, embora constrangedora para a maioria, por arte de um simples mecanismo econômico, já testado com sucesso pleno.

Os extratores permanecerão sempre endividados perante os transformadores, uma vez que vendem as matérias-primas a preços aviltados, fixados à sua revelia pelos compradores. Ao mesmo tempo, são compelidos a adquirir os produtos manufaturados nos Estados transformadores, pelos preços correntes nas áreas mais ricas do planeta.

Resultado: dependência econômica total e perpétua.

Não havendo, no momento, nenhum grau de restrição às manobras dos países industrializados, a Pax Borealis não se afastará do modelo descrito.

A prova definitiva da decisão adotada pelos países membros do Grupo dos Sete foi-nos revelada pelo General Patrick Hugues, diretor da Defense Intelligence Agency – DIA, em palestra reservada proferida para seletos grupos de professores do MIT, em 1998.

Afirmou o militar norte-americano que as possíveis ameaças ao seu país, isto é, as hipóteses de guerra, para os próximos 20 anos, são:

- escassez de matérias-primas;
- agressões ao meio ambiente, com consequências para o país;
- terrorismo nuclear; e
- narcotráfico.

Portanto, a divisão dos Estados em transformadores e extratores não é um simples exercício de futurologia, mas uma realidade palpável.

Para aperfeiçoar, ainda mais, o mecanismo de captura dos extratores incautos, o

“Império” espalhou pelo mundo subdesenvolvido o vírus terrível da “integração dos sistemas produtivos”, ou, em linguagem mais simples, da “globalização das economias”, extrapolando para o setor econômico a modificação radical que avanços tecnológicos recentes introduziram nos fatores tempo e distância, a ponto de transformarem o planeta numa “aldeia global”.

Aliás, a tentativa de espalhar o vírus da “globalização das economias” não é recente. Em outras épocas, países hegemônicos tentaram fazê-lo com outras denominações.

Os Estados Unidos da América, por exemplo, atingiram a posição hegemônica que hoje ocupam depois de prolongado período de hibernação, período esse caracterizado pelo isolacionismo econômico e pelo protecionismo total para a produção doméstica. Na ocasião, procuraram evitar que as potências européias, mormente a Inglaterra, dominassem a sua economia.

A ênfase total voltada para o desenvolvimento interno, inclu-

indo a expansão do domínio territorial e do mercado doméstico, e a aversão ao país hegemônico da época chegaram a tal extremo que, decorridos mais de cem anos, desde a independência política, nenhum dignitário norte-americano de primeiro escalão havia posto o pé na antiga metrópole.

Quando lá aportou o General Ulysses Simpson Grant, em viagem particular, depois de ter comandado o vitorioso exército da União, na Guerra de Secessão, e de cumprir dois períodos de mandato presidencial (1869 a 1877), foi recebido com toda a pom-

Aqueles que fazem do seu Estado um mercado aberto a todos visam ao lucro imediato; ora, se não for indispensável para o Estado esse gênero de vantagem, não se deve transformá-lo em mercado público

Aristóteles
Filósofo grego

pa e circunstância, mas também foi logo interpelado por autoridade local sobre o motivo da aversão do seu país em relação ao “livre comércio”, primeiro nome do vírus hoje denominado “globalização das economias”.

A resposta de Grant foi incisiva e exemplar:

“Durante séculos, a Inglaterra usou o protecionismo, levado ao extremo, para obter resultados satisfatórios para o seu povo. Não resta a menor dúvida de que a essa postura se deve o seu poderio atual. Agora, decorridos muitos anos, a Inglaterra julga proveitoso para os seus interesses adotar o livre comércio, pelo fato de se considerar forte e suficientemente próspera para abolir o protecionismo. Nós, dos Estados Unidos da América, estamos progredindo com rapidez e, no futuro, estaremos em condições de competir com a Inglaterra em todos os mercados do mundo. Ai então, quando esgotados todos os benefícios oferecidos pelo regime protecionista, chegará a nossa vez de advogar a tese do livre comércio.”

Uns poucos meses antes do término da Segunda Guerra Mundial, em 21 de fevereiro de 1945, os Estados Unidos da América, por iniciativa do secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, Nelson Aldrich Rockefeller, patrocinaram a realização da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, que teve como sede o Castelo de Chapultepec, na cidade do México. No dia 8 de março, foi assinada a famosa **Ata de Chapultepec**, que visava a fortalecer o princípio da soli-

diedade continental, a ponto de incluir no seu texto o conceito de defesa mútua, diante de agressão ou ameaça de agressão por qualquer Estado contra a integridade, a soberania ou a independência de qualquer Estado americano. Note-se que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), consequência da Ata, só foi assinado no Rio de Janeiro em 2 de setembro de 1947 (dois anos e meio mais tarde).

Os norte-americanos, no entanto, já suficientemente fortes, mormente em comparação aos países do Novo Mundo, tenta-

ram, de todas as maneiras, convencer os vizinhos de que já era chegado o momento de se implementar no continente a chamada *Open Door Policy*, Política de Portas Abertas em português, outra denominação para a atual política de globalização das economias.

Observação oportuna: não será a ALCA uma versão atual da *Open Door Policy*?

O Tratado de 1810 “entregou a economia de Portugal (incluindo a do Brasil) ao arbítrio dos mercadores londrinos e esmagou qualquer tentativa de instalação industrial em Portugal e no Brasil”

Joaquim Ferreira
Historiador português

A NOVA ORDEM E O BRASIL

Interessante recordar as atitudes e palavras do embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, Adolf Berle Junior, nomeado para tal posto por influência de Rockefeller, tanto para dobrar a resistência do Brasil à idéia, quanto para derrubar o Presidente Getúlio Vargas, considerado nacionalista demais para o gosto de Washington.

Depois de marcadas eleições presidenciais no Brasil, todavia temendo uma manobra continuísta de Vargas, que fundara o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 15 de maio de 1945, o Embaixador Berle

convocou toda a imprensa para uma entrevista coletiva na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que foi marcada para o dia 29 de setembro de 1945. Nela, o embaixador norte-americano deixou bem patente que o seu país não apoiaria a permanência de Getúlio Vargas no poder, principalmente porque a sua presença no Governo constituía-se num sério obstáculo à implementação da *Open Door Policy*, discutida na Conferência de Chapultepec.

Segundo o Embaixador Berle, "o Brasil, os Estados Unidos da América e outros Estados poderosos engajaram-se num empreendimento titânico, destinado a unificar o planeta", acrescentando a seguir que "entre os direitos à liberdade interna, acha-se embutido o direito de acesso aos recursos económicos do mundo".

Outra observação pertinente: o direito de acesso aos recursos naturais do Brasil, objetivo principal da ALCA, não significará a perda total do controle do setor económico nacional e, por consequência, da soberania brasileira sobre o território sob sua jurisdição?

Eis aí, então, o retrato, em corpo inteiro, dos propósitos da Nova Ordem Mundial.

Subordinar-se à condição de Extrator será um atestado de imaturidade geopolítica para qualquer Estado que opte pelo alinhamento automático à Nova Ordem.

Brasil, um estado perturbador

Todavia, grande parte dos extratores jamais escapará de armadilha tão bem armada, por falta de condições naturais para ultrapassá-la.

É o Brasil, no entanto, uma das poucas exceções à regra, pois espaço, forma, posição e, sobretudo, recursos naturais credenciam-no a se tornar um Estado Perturbador, capaz de romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento, a despeito do cerco imposto pela Nova Ordem.

Uma outra observação: **Estado Perturbador**, no caso, não é aquele propenso a causar abalos ou comoções, nem tampouco a promover a desordem no mundo. A definição correta, segundo o Almirante Hubert Castex (*Théories Stratégiques*, Paris, 1937), introdutor da idéia, é aquela baseada nos fatos históricos,

que mostram que em cada época desponta um Poder Nacional mais atuante do que os demais, seja no âmbito mundial, ou então na esfera regional, aplicado na conquista de objetivos definidos que, se alcançados, rompem o *status quo*.

O Brasil, como antecipado, tem tudo para direcionar o seu Poder no sentido de contrariar a Nova Or-

dem e, por assim fazer, atuar como um perturbador da Ordem Mundial.

A extensão, a forma, a posição geográfica e os recursos naturais do território pátrio, com efeito, são de tal forma favoráveis que todos os habitantes do País têm possibilidades de viver livre e confortavelmente, sem que ninguém fique sujeito a privações. Tais características, pois, satisfazem, de fato, à máxima aristotélica que afirma que a dimensão adequada para um Estado é aquela que lhe conceda a oportunidade de "possuir tudo e nada precisar de fora".

Uma postura introspectiva, voltada prioritariamente para o interior do próprio território é, com efeito, o pré-requisito básico para a gênese de uma civilização, que pavimentará a trilha para o surgimento de uma grande potência

Com relação à superfície continental sob jurisdição nacional, 8,547 milhões de quilômetros quadrados, pode-se afirmar, em termos econômicos, que oferece nada menos do que 5 milhões de quilômetros quadrados de terras potencialmente agricultáveis, conferindo ao Brasil a primazia, entre os demais Estados de grande porte, no setor. Ademais, faz-se mister destacar a grande área marítima sob jurisdição exclusiva do Brasil, para fins de exploração econômica, superior a 4 milhões de quilômetros quadrados.

A posição geográfica do Brasil

A forma do território, alongada no sentido dos meridianos, também favorece sobremaneira a exploração agrícola do espaço nacional, por permitir a diversificação de culturas, desde aquelas típicas do clima tropical, até as restritas às zonas temperadas.

No tocante à posição ocupada pelo Brasil no globo terrestre, três circunstâncias favoráveis dela advêm:

- Por enquadrar-se entre os parâmetros de 05° 16' 19" N e 33° 45' 09" S, o território brasileiro mantém-se fora das zonas submetidas a climas rigorosos e fenômenos meteorológicos adversos, capazes de contingenciar a ocupação total do espaço físico disponível. Outrossim, essa posição faz com que avulte a liderança brasileira no setor agrícola, em comparação com os países desenvolvidos, todos situados na faixa de clima temperado, pois enquanto nos nossos domínios há possibilidades de se colher até três safras anuais de ciclo curto,

nos países frios há uma corrida contra o tempo para se plantar e colher uma única safra.

- Uma segunda vantagem é o distanciamento da zona de subducção* mais próxima, localizada ao longo da costa do Pacífico, onde se chocam as placas tectônicas de Nazca, e a que serve de plataforma ao continente sul-americano, motivo pelo qual os brasileiros não se acham expostos às convulsões sísmicas e erupções vulcânicas que tantos prejuízos causam, além da intranquilidade que semeiam.

- Por último, devido ao fato do litoral posicionar-se a oeste de um oceano, no Hemisfério Sul, as correntes marinhas que dele se aproximam são provenientes do

equador, o que equivale a dizer aquecidas pelo clima dominante no paralelo central, razão pela qual são sempre elevadas as taxas de evaporação dos mares adjacentes, o que explica a inexistência

de desertos neste país privilegiado.

Quem muito exporta acaba por importar preços, sem a conseqüente contrapartida nos salários

Os recursos naturais do Brasil

Quanto aos dotes da natureza, pode-se resumir tudo em uma única revelação: o Brasil é o campeão mundial dos recursos naturais!

Destarte, dentre todos os estados gigantes, o Brasil foi o mais bem dotado pelo Criador!

Para assumir o papel de perturbador da *Pax Borealis*, então, bastaria executar uma inversão completa no rumo adotado pelos dirigentes do País. Como a "Nova Ordem" determina a abertura total das economias dos extratores, para permitir a pilhagem dos

* N.R.: Subducção – Termo de geologia – Absorção das placas tectônicas pelas fossas oceânicas.

seus recursos naturais, fechar-se-iam tais portas, na medida conveniente, com a adoção de uma política introspectiva e protecionista.

Assim procedendo, seguir-se-ia, também, o conselho de Aristóteles, o filósofo pragmático: "Aqueles que fazem do seu Estado um mercado aberto a todos visam ao lucro imediato; ora, se não for indispensável para o Estado esse gênero de vantagem, não se deve transformá-lo em mercado público."

Assim procedendo, também, estaria o Brasil, pela primeira vez desde o descobrimento, alterando a postura colonial, mantida inalterada mesmo depois da conquista da independência política.

As posturas colonial e introspectiva

Atente-se para o fato de que o tratado celebrado com a Inglaterra, em 19 de fevereiro de 1810, pela Coroa Portuguesa, então sediada no Brasil, abriu as portas do País para os ingleses e inoculou nos brasileiros a tendência "exportadora-importadora", deveras perniciosa para um Estado jovem.

Nesse sentido, o historiador lusitano Joaquim Ferreira, na sua *História de Portugal*, fez questão de assinalar que o Tratado de 1810 "entregou a economia de Portugal (incluindo a do Brasil) ao arbítrio dos mercadores londrinos e esmagou qualquer tentativa de instalação industrial em Portugal e no Brasil".

Teve muito sentido, pois, a observação de José Bonifácio de Andrada e Silva, o

Patriarca da Independência, anotada poucos anos após o 7 de Setembro de 1822:

"Há no Brasil um luxo grosseiro, a par de infinitas privações. As ciências e as artes estão por terra e só interessa vender açúcar, café, algodão, arroz e tabaco."

Uma postura introspectiva, voltada prioritariamente para o interior do próprio território é, com efeito, o pré-requisito básico para a gênese de uma civilização, que pavimentará a trilha para o surgimento de uma grande potência.

Assim tem sido ao longo da História!

Que sentido faz, por exemplo, uma abertura total da economia, que suscite a transmigração para o exterior de grande parte da safra agrícola, já orientada para a exportação, enquanto parcela ponderável da população carece de boa alimentação para se tornar hígida?

Não seria mais lógico plantar para abastecer plenamente o mercado interno, a preços compatíveis com o poder aquisitivo da população, deixando para o comércio exterior ape-

nas os excedentes?

Esquecem-se, porventura, os dirigentes caboclos do axioma que diz que quem muito exporta acaba por importar preços, sem a conseqüente contrapartida nos salários?

Será que os homens que vêm dirigindo o Brasil desconhecem que a persistência de grandes déficits no balanço em conta corrente provocará a desnacionalização da economia, que, por seu turno, suscitará o aumento progressivo desse mesmo desequilíbrio? É uma bola de neve rolando montanha abaixo e crescendo paulatinamente!

Daí se pode deduzir a necessidade imperiosa de se manter a mídia sob controle total de pessoas integradas à comunhão nacional e de se fazer prevalecer o peso das concessões para alinhar os seus componentes com os interesses nacionais

Destarte, a postura introspectiva e protecionista adotaria, em primeiro lugar, medidas para eliminar de vez os déficits no balanço em conta corrente. Medidas tais como a elevada taxação das importações de supérfluos, a substituição incentivada de produtos importados por produtos produzidos ou fabricados no País, o zoneamento agrícola do País, visando ao abastecimento interno de gêneros alimentícios, a limitação de vendas para o mercado externo de produtos naturais e o estímulo à comercialização desses mesmos produtos beneficiados internamente, aumento da frota nacional de navios mercantes, para redução drástica dos gastos em divisas com fretes e seguros, e outras tantas medidas, do mesmo alcance, que só dependem de vontade política, competência e patriotismo.

AS DIFICULDADES DE SER INDEPENDENTE

Todas as distorções, enfim, introduzidas pela adesão ao projeto neocolonialista da globalização da economia serão, com certeza, alvos de correções

drásticas, tão logo adotada a posição introspectiva por cidadãos virtuosos que venham a ocupar os postos de direção do País.

Um acerto de rumo dessa magnitude, todavia, além da oposição interna da minoria que tira proveito da situação esdrúxula em que se acha o País, ainda pode suscitar retaliações externas da parte dos países habituados a lucrar e progredir às custas do empobrecimento alheio.

A simples ameaça de desequilíbrio no fluxo de matérias-primas, de fato, pode levar, talvez, à situação extrema de intervenção armada, nesses tempos da nova ordem. E quem poderá assegurar que isso não

acontecerá até com o beneplácito da Organização das Nações Unidas, criada exatamente para coibir essas manifestações de exacerbação de poder?

Há uma amostra recente dessa nova tendência, qual seja a formidável coligação de forças, desproporcional mesmo, lançada contra o Iraque, por ter este anexado, praticamente sem resistência, um pedaço de solo arenoso, dominado por dinastia corrupta, porém aquinhoado com grandes reservas de petróleo.

Contrastando com essa reação energética, na mesma época corria solta uma sangrenta guerra intestina na antiga Iugoslávia, que só tardiamente mereceu a atenção dos fiadores da Pax Borealis.

Nos últimos meses, reagindo ao ataque terrorista contra o conjunto de prédios de Nova York e também contra o prédio do Pentágono, os norte-americanos, com apoio de muitos Estados, atacaram o Afeganistão, desalojando do poder os governantes fundamentalistas, tidos como fomentadores do terrorismo.

Entretanto, há notícias de que o Estado hegemônico da atualidade mantivera contatos com os mesmos dirigentes para negociar a construção de um oleoduto no país, capaz de escoar os hidrocarbonetos das vizinhanças do Cáspio até o Mar da Arábia!

Estamos ou não num mundo caracterizado pelo "canibalismo interestatal"?

Destarte, a estratégia capaz de conduzir o Brasil ao destino de grandeza que lhe aponta a natureza há que ser formulada com inteligência e determinação.

Inteligência, para não conceder aos transformadores o menor pretexto para intervenções no País.

O único trunfo prevalente será o máximo poder dissuasório que se possa colocar à disposição das Forças Armadas

Determinação, para não ceder, um milímetro sequer, às pressões que, sem dúvida, serão exercidas para que tudo permaneça *in statu quo ante*, tanto aquelas decorrentes do questionamento interno, quanto aquelas oriundas do exterior.

Falarão em empobrecimento da população, em conseqüência da atenuação do comércio exterior, quando, na verdade, estarão reclamando contra a extinção dos privilégios e regalias de uma minoria desvairada.

Clamarão contra o obscurantismo em que será lançado o País, usando como exemplos os campos da ciência e da tecnologia, como se a um Estado dependente e depauperado fosse permitido avançar em setores que exigem investimentos maciços e persistentes.

Argumentarão dizendo que só a educação poderá melhorar as condições de vida da população, mesmo conscientes de que esse é um remédio definitivo, todavia atuante apenas em longo prazo.

Invectivarão os produtos manufaturados internamente, "obsoletos como carroças", se comparados aos estrangeiros de

última geração, mas deixarão de esclarecer que essa mesma produção interna é cerceada, no tocante às escalas e à atualização tecnológica, pelo simples fato de se vedar o ingresso, no mercado consumidor, à maioria absoluta dos brasileiros.

Com tantos argumentos falaciosos sendo lançados nas mentes da população, a conquista de espaços nos meios de comunicação para divulgar a verdade pode significar a diferença entre o sucesso e o fracasso da campanha em prol da verdadeira independência.

Dai se pode deduzir a necessidade imperiosa de se manter a mídia sob controle total de pessoas integradas à comunhão nacional e de se fazer prevalecer o peso das concessões para alinhar os seus componentes com os interesses nacionais.

Para soffrear, todavia, as ameaças externas, faz-se mister contar com muito mais do que cautela, caldo de galinha e água-benta. O único trunfo prevalecente, no caso, será o máximo poder dissuasório que se possa colocar à disposição das Forças Armadas.

O único trunfo prevalecente, no caso, será o máximo poder dissuasório que se possa colocar à disposição das Forças Armadas.

"Se vis pacem, para bellum".

(Se queres a paz, prepara-te para a guerra.)

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA> / Nova Ordem Mundial /; Pax americana; Geopolítica;

AOS COLABORADORES

Solicitamos aos nossos colaboradores que incluam em os seus trabalhos os seguintes dados:

- telefone, telex e E-mail para contato;
- endereço para o qual possa ser enviado o exemplar da *Revista Marítima Brasileira* em que foi publicada a sua colaboração (de preferência, o endereço residencial e com CEP).

Revista Marítima Brasileira